

REPENSANDO AS POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DO PSICÓLOGO EM UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL¹

Caiane Steurer Schneider², Iris Fátima Alves Campos³.

¹ Estágio Curricular de Ênfase em Psicologia e Processos Sociais

² Aluna do Curso de Psicologia da Unijuí, caianeschneider@hotmail.com;

³ Professora, Mestre do Departamento de Humanidades e Educação, Supervisora, iris.campos@unijui.edu.br.

Introdução

Quando o psicólogo trabalha com espaços de atendimento clínico, por vezes acredita-se que o mesmo deve restringir-se a um trabalho individual. O mesmo ocorre quando inserido em campos de trabalho social, no entanto, pode a ele se apresentar, outros tipos de demanda, como a clínica. Isto questiona e repensa a possibilidade da construção de práticas articuladas com outros profissionais e setores, voltadas para às demandas e necessidades dos sujeitos. Considerando as restrições que o trabalho clínico acomete, se deve ressaltar que Freud dispunha do conhecimento que “[...] a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.” (p.10, 1920-1923), o que compreende que o individual está intrinsecamente ligado ao social, e que inseridos em uma ordem social, as fronteiras entre o sujeito e o cidadão são tênues.

Este ensaio trata da análise do trabalho do psicólogo a partir de uma experiência de estágio em psicologia e processos sociais, dentro de uma Coordenadoria da Mulher, que pode ser representado por uma clínica do social. Dito isto, é preciso estabelecer os meios que levaram à esta construção e como a mesma se dá, sendo que a população de mulheres atendidas tem como especificidade o fato de estarem em situação de violência doméstica ou que em decorrência disto se encontram em algum tipo de vulnerabilidade. É desta prática que se trata, com um olhar mais amplo sobre o sujeito, e em interação com outras esferas.

Deste modo, o objetivo é refletir sobre a prática profissional do psicólogo – com base teórica na psicanálise -, que se depara com novas organizações e possibilidades de trabalho. Trata-se de repensar a plasticidade da psicologia clínica quando em instituições e com população de grande vulnerabilidade.

Metodologia

As mulheres encaminhadas para o estagiário de psicologia chegam principalmente por meio de dois dispositivos. O primeiro e mais efetivo, acontece após a chegada do boletim de ocorrência na instituição, em que a partir das informações contidas, contata-se com as mulheres via ligação telefônica, e desta forma conhecem de que há atendimento psicológico disponível. E o outro, se dá por meio do projeto Sala de Espera - realizado antes das audiências referentes a Lei Maria da Penha, na Comarca de Ijuí, que reúne a mulheres para informá-las quanto a violência doméstica e

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVI Jornada de Extensão

procedimentos jurídicos -, quando o representante da Coordenadoria comunica sobre o serviço afim de procura espontânea.

Após encaminhadas, algumas mulheres são acolhidas pelo estagiário, outras pela assistente social, desta forma alguns casos são encaminhados da assistência social para o atendimento psicológico. Os mesmos são realizados semanalmente ou quinzenalmente, isto é determinado através da escuta psicológica. A partir da singularidade dos casos acolhidos, é visível a necessidade de suprir alguns direitos básicos, sendo então realizado o diálogo com outros profissionais da Coordenadoria. Após isto, encaminha-se para o serviço adequado. Alguns serviços são acionados após o estudo de caso, o que ocorre de acordo com a urgência.

Para auxiliar o desempenho e conhecimento teórico do trabalho realizado pelo estagiário, há supervisões com o profissional/professor semanalmente.

Resultados e discussão

Ao realizar o acompanhamento psicológico, se vê dentro da multiplicidade de casos, um grande número de demandas sociais. Percebe-se o contraste das particularidades, ou seja, que o suporte familiar, a história e o caminho de elaboração de cada mulher são marcados por diferenças muito singulares. No entanto, as demandas de ordem social possuem um caráter mais homogêneo, e enquanto necessidades básicas para a vida, este contexto não deve ser ignorado.

Da mesma forma que há espaço para atendimentos voltados para as conflitivas geradas pela violência doméstica, que necessitam de um aparato clínico, há casos em que o trabalho do psicólogo amplia-se para além do espaço de acolhimento psicológico. No entanto, não se deve negligenciar que a realização desta articulação de maneira inadequada pode prejudicar o andamento dos atendimentos psicológicos. Eduardo Mendes Ribeiro compreende do seguinte modo:

“Sabemos que, no exercício da clínica, nossa posição não pode ser confundida, ou estar associada, a saberes sobre a cura, ou a ações assistenciais. Mas, sabemos também que, muitas vezes, a possibilidade de sustentação da relação clínica depende da intervenção de profissionais de outros campos. A questão que se coloca é a de como articular essas intervenções sem reificar o fracionamento do sujeito, enquanto portador de sofrimento psíquico, de patologias orgânicas e de vulnerabilidades e riscos sociais.” (2011, p. 30).

Para restaurar as condições básicas para uma vida digna, para além do suporte psicológico, é necessário o diálogo entre as áreas com as quais se trabalha, e a interação com outras esferas institucionais, ou seja, realizar a criação de estratégias articuladas em conjunto. Pode-se destacar quatro demandas reais que se apresentam na Coordenadoria da Mulher, as quais necessitam de diálogo e articulação, por exemplo: moradia e trabalho, escola e atendimento psicológico para os filhos. Não se pode, por exemplo, resolver uma questão de moradia sem o contato com o serviço adequado (Secretaria da Habitação).

Torna-se inviável construir possibilidades para essas questões negando a existência de uma equipe interna formada por profissionais que possuem competências voltadas às articulações demandadas. A visão e princípios de trabalho em rede leva a integração de saberes que tornam as amarras mais consistentes.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVI Jornada de Extensão

Desta forma, partindo da construção interna da rede, se observa em uma perspectiva interdisciplinar, que a colaboração e reflexão através dos diferentes saberes amplia a possibilidade de elaborar perspectivas dentro das demandas de cada caso acompanhado. E como a vinculação com outros setores é o que dá a base para a efetivação de muitas estratégias, é imprescindível o conhecimento e diálogo da equipe para tratar das diferentes questões que ainda irão emergir.

Então, destaca-se a importância das atividades intersetoriais, pois entre as características desta Coordenadoria, uma das principais encontra-se na ponte em que faz com outros pontos da rede. Ou seja, isto reflete no objetivo de assegurar direitos, além de dar o apoio e informação às mulheres sobre os caminhos que suas demandas repercutem. Segundo Bronzo e Veiga, a intersetorialidade:

[...] tem sido uma das estratégias mais utilizadas no processo de viabilização de direitos dos usuários das políticas públicas. Nessa perspectiva, a opção pelo processo de intersetorialidade remete à noção de que as políticas públicas não podem desenvolver-se de forma desarticulada. (BRONZO, C; VEIGA, L, apud RODRIGUES, J, 2011).

Partindo da ideia de ter uma rede em conjunto, para que o trabalho do psicólogo se dê neste contexto, Ana Figueiredo coloca que “cabe a nós [...] sustentar um saber em reserva, saber passar a palavra a estes outros setores, fazê-los falar e extrair daí a possibilidades do trabalho em parceria” (2011, p. 58). Se trata de fazer com que a palavra circule de forma adequada na instituição e nas relações com outras, uma vez que incide nas intervenções.

Entretanto, é importante ressaltar que as relações de trabalho coletivo sob a forma interdisciplinar e intersetorial nem sempre se desdobram de acordo com os objetivos das mesmas. Gastão Campos e Ana Domitti apontam alguns impedimentos para estes desenvolvimentos, como “Obstáculo Estrutural; Obstáculos decorrentes do excesso de demanda e da carência de recursos; Obstáculo político e de comunicação; Obstáculo subjetivo e cultural; Obstáculo ético; Obstáculo epistemológico” (2007, p. 399-407). O trabalho da equipe se confronta com obstáculos e nem sempre é possível dar uma resolução, no entanto é através de diálogos institucionais que se pode lidar com tais impedimentos. O psicólogo se depara com dificuldades, e além do que advém da resolutividade em rede, também há às que dizem da sua prática. É justamente na construção de uma outra organização de trabalho, que a mesma se coloca.

A prática do psicólogo/psicanalista nestes espaços levou a uma nova organização. Quanto a clínica, ele não mais escolhe seus pacientes ou o valor do pagamento, é um profissional anônimo, e precisa lidar com elementos provenientes de outras demandas. Da relação grupal, se depara com a disputa de saberes, mal-entendidos, diferença nas formas de trabalhar, entre outros. Frente a isto, Ana Cristina Figueiredo coloca três alternativas para lidar com estas mudanças de trabalho, são elas “[...] aprendiz da clínica, transferência de trabalho e construção de caso” (2011, p. 56).

Pode-se pensar no desdobramento destes três pontos, começando com o de aprendiz, como aquele que aprende no trabalho do dia-a-dia. A equipe são os aprendizes, que aprendem com a população. É possível diluir os embates de disputa de saber, pois enquanto todos da equipe colocam-se nesta posição, não há quem saiba mais. É preciso saber não saber, mesmo sabendo da sua prática, mas que possa ser colocado em reserva sempre que necessário. O outro, da transferência de trabalho, é pensar o grupo como trabalhadores que partilham, pois a lógica do grupo tende a excluir os

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVI Jornada de Extensão

diferentes, que não pertencem à um todo. Isto coloca em jogo a posição de aprendiz, os narcisismos e poder trabalhar com mal-entendidos que se formam.

E por último, a construção de caso, que parte de questões pontuais dos casos, da redução das narrativas e da desconstrução e construção para tecê-lo entre os que partilham. Desta maneira pode-se amarrar os elementos, conhecer os conflitos sociais, patologias e resgatar a dimensão subjetiva, em que se trabalha não apenas com indivíduos/cidadãos, mas com sujeitos.

Ao falar da dificuldade de muitos profissionais, psicólogos, exercerem suas funções a partir do referencial psicanalítico, Eduardo Mendes Ribeiro coloca que é perceptível a progressiva diminuição do reconhecimento das competências sociais da psicanálise, na medida em que ela se afasta do terreno estrito da clínica. O mesmo propõe que a questão fundamental para esta prática é a de como incluir, nesse processo participativo de gestão de processos de trabalho e de atendimento aos usuários, a escuta desses sujeitos, que não podem ser reduzidos a seres detentores a direitos e deveres. (RIBEIRO, 2011, p. 2-31).

Conclusões

Compreendeu-se que é possível trabalhar em uma instituição de âmbito social atravessada pelas diversas demandas, clínicas e sociais. Ou seja, ao mesmo tempo em que aparecem sujeitos com questões - que podemos tratar como de núcleo -, com conflitivas que demandam um trabalho de escuta clínica e são mais difíceis de articular neste ambiente, também há outros questões mais amplas - de campo -, que precisam ser acolhidas e encaminham-se para resoluções interdisciplinares e intersetoriais. É necessário abrir espaço para que os sujeitos possam ser escutados, trabalhando elementos indissociáveis da sua condição, que não é apenas biológica e social, mas também psicológica. E, enquanto inseridos em um espaço de trabalho em equipe, a estratégia que se pode criar para desenvolver estes dois meios de trabalho, é a construção do caso. Isto é, colocar pontualmente certas narrativas, mas principalmente referenciar o trabalho com sujeitos, isto é, não apenas com elementos de direitos e deveres, mas também subjetivos.

Palavras-Chave: psicanálise; violência de gênero; instituições sociais.

Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Gastão; DOMITTI, Ana. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública 2007, vol.23, n.2, pp. 399-407.
- FREUD, Sigmund. (1920-1923). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 10.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. Psicanálise e atenção psicossocial: clínica e intervenção no cotidiano. In: Psicanálise e Intervenções Sociais. Porto Alegre: APPOA, 2011, p. 45-62.
- JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.V, 2011, São Luís. A intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988. Disponível em: <
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVI Jornada de Extensão

[_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/A_INTERSETORIALIDADE_ENTRE_AS_POLITICAS_PUBLICAS_DE_SAUDE.pdf](#)> Acesso em: 20/06/15.

RIBEIRO, Eduardo Mendes. A psicanálise nas instituições: clínica e política. In: Psicanálise e Intervenções Sociais. Porto Alegre: APPOA, 2011, p. 21-31.